



Sociologia do conhecimento em Mannheim, Bloor e Bourdieu: alguns princípios teóricos e metodológicos

Jean Carlos Hochsprung Miguel¹

RESUMO

Esse artigo discute as ideias e princípios metodológicos fundamentais da sociologia do conhecimento proposta por Karl Mannheim, David Bloor e Pierre Bourdieu. A compreensão do nexó entre o conhecimento e sua posição social, a concepção da construção social do conhecimento científico e o estudo da razão das lutas travadas no campo científico correspondem a propostas diferentes a respeito do procedimento de pesquisa em sociologia do conhecimento as quais esse artigo pretende esclarecer. Ao mesmo tempo, aproximando-se dos conhecimentos elementares das propostas de cada autor, identificam-se desafios comuns entre os autores ao tentarem compor seu plano metodológico para a sociologia do conhecimento, dentre eles a incontornável condição de reflexividade desses estudos que exige que a própria sociologia submeta-se ao escrutínio da condição social da produção de seu conhecimento.

Palavras-Chave: Sociologia do Conhecimento, Reflexividade, Objeto e método, Karl Mannheim, David Bloor, Pierre Bourdieu.

Recebido em 15/03/2017

Aceito para publicação em 27/06/2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.25067/s.v1i21.16678>

Introdução

A consolidação do campo da Sociologia do Conhecimento e da Ciência e, mais recentemente, dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT), passou por diversas fases nas quais diversos autores buscaram delimitar de que maneira pesquisas sociológicas poderiam abordar questões relativas à produção do conhecimento. Essa iniciativa não estava livre de complicações, pois pretendia trazer questões tratadas até então exclusivamente pelo campo da filosofia e da epistemologia ao alcance e escrutínio das ciências sociais. Nesse sentido, o desafio inicial foi delinear de que maneira o conhecimento poderia se

¹ Sociólogo. Doutor em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP. E-mail para contato: jean.dpct@gmail.com.

tornar objeto de estudos sociais.

Esse artigo traz reflexões a respeito da proposta de análise sociológica do conhecimento em três importantes autores. O primeiro deles é Karl Mannheim, um dos teóricos pioneiros no estudo sociológico do conhecimento. Posteriormente, analisamos a proposta do Programa Forte em Sociologia do Conhecimento, particularmente a contribuição de David Bloor. Em um terceiro momento, estudamos a proposta sociológica de Pierre Bourdieu para os estudos sociais da ciência através de sua noção de campo científico. Em um último item, que se estende às considerações finais, pretendemos expor a noção de reflexividade discutida por esses três autores tentando compreender como eles propõem a realização do trabalho sociológico perpassado por essa noção.

Mannheim e o nexo entre o conhecimento e sua posição social

Karl Mannheim (1893-1947) foi o primeiro teórico a dedicar-se ao desenvolvimento de uma interpretação sociológica sistemática do processo de criação social do conhecimento. Seu modelo de sociologia do conhecimento dialogava diretamente com filósofos da ciência e epistemólogos que concebiam o conhecimento como uma esfera autônoma em relação ao social. Considerando essa concepção do conhecimento como uma verdade em si, Mannheim procurou entender os laços sociais entre teorias e modos de pensamento elaborando um modelo de análise sociológica do conhecimento. Em suas palavras, buscou enfatizar a *“relevância dos fatores condicionantes não teóricos sobre o pensamento”* (MANNHEIM, 1976, p.286).

Para Mannheim, compreender como ocorre a percepção dos diferentes objetos pelo sujeito que se encontra em diferentes contextos sociais é a tarefa da Sociologia do Conhecimento. O autor partilha da ideia de que a forma como as coisas se apresentam ao sujeito depende das formas de suas estruturas mentais. A existência destas estruturas mentais para Mannheim está inevitavelmente formatada pela origem social e histórica dos sujeitos de conhecimento. A partir disso, ele propôs o estudo histórico-sociológico do modo como o conhecimento é gerado em determinados grupos sociais.

Em seu esforço de delimitar o objeto de análise da sociologia do conhecimento, Mannheim destaca que o intento de conhecer a gênese histórica e social das ideias deve se concentrar em um nível “estrutural” de análise, ou seja, na forma como as estruturas mentais são geradas e organizadas. Nesse

sentido, o autor pretende evitar aspectos ideológicos dos discursos e não emitir julgamento da validade ou falsidade das ideias. Sua preocupação está em compreender a origem social de uma determinada “perspectiva” e, ao mesmo tempo, “particularizar” seu alcance e a extensão de validade.

Nesse sentido, em um primeiro momento, o método para a sociologia do conhecimento proposto por Mannheim se refere a uma pesquisa histórico-sociológica. Esse tipo de investigação pretende descrever e analisar como as relações sociais interferem na maneira de pensar dos sujeitos. Presume-se, portanto, certa determinação social do conhecimento que varia de acordo com as diferentes experiências históricas dos grupos sociais. Segundo ele, essas diferentes orientações e tendências de pensamento são simultâneas e contraditórias. Assim sendo, no processo de elaboração do conhecimento ocorre a “competição” entre diferentes pontos de vista - processo social que o autor julga pertinente à análise sociológica (MANNHEIM, 1976, p. 290).

O processo de competição indicado por Mannheim ocorre entre diversas interpretações do mundo revelando enunciados que contêm diferentes expectativas, propósitos e impulsos dos grupos em conflito. Mannheim observa que estes conflitos têm a aparência “puramente teórica”, mas na verdade estão alicerçados em conflitos de ordem concreta entre as diferentes posições sociais. Estas posições sociais muitas vezes contraditórias dão origem a diferentes perspectivas. Para caracterizar estas diferentes perspectivas o autor propõe os seguintes critérios de análise:

a) A análise do significado dos conceitos utilizados, dos conceitos ausentes e dos “contraconceitos”. Entende-se que o ângulo de visão na formulação de conceitos é guiado pelos interesses do observador e que a ausência de certos conceitos implica na ausência de certos pontos de vista. Em um debate, as partes geralmente utilizam apenas os conceitos que possibilitam maior abrangência e domínio de suas ideias particulares. Sendo assim, ao analisar como determinado sujeito responde um conceito adverso aplicando um “contraconceito”, é possível segundo Mannheim encontrar indícios de suas expectativas quanto à resolução do assunto;

b) A análise dos modelos dominantes de pensamento e seus respectivos níveis de abstração. Entende-se que cada modelo de

pensamento é uma maneira específica de interpretar o mundo. Guarda em si um número de intensões e valores de diferentes posições sociais. Um modelo de pensamento se origina em um contexto específico, em um grupo, ou entre grupos específicos. Entre os diferentes modelos de pensamento é possível perceber diferentes níveis de abstração. O nível de abstração do modelo de análise também está relacionado à posição social de quem o pensa. Dependendo de seu grupo de referência (escola de pensamento) e de seu projeto de abrangência sobre outros grupos com seus respectivos modelos de análise, o nível de abstração de um pensamento pode variar. Por exemplo, um modelo como o marxismo, proposto em oposição ao idealismo alemão, formulou sua análise se utilizando de um nível de concretude diferente de seu oponente. A intenção era justamente apoiar-se em dados observáveis para erguer uma teoria que pudesse atacar o alto nível metafísico dos argumentos idealistas. Mannheim propõe, portanto, a compreensão do modo como os diferentes níveis de abstração da argumentação são mobilizados por grupos sociais oponentes.

Esses critérios, e o que Mannheim chama de método histórico-sociológico, nos sugere uma análise voltada ao nível discursivo da ação dos grupos sociais focada exclusivamente no “contexto da descoberta” sem ter a pretensão de avançar em uma análise que se trata do conhecimento científico e sua justificação. Assim, o tratamento sociológico dos critérios de validação do conhecimento científico é deixado de lado por Mannheim. Este impedimento tem sua explicação pelo fato de Mannheim acreditar que alguns tipos de conhecimento – como as ciências exatas por exemplo - representariam uma exceção à regra, não estando condicionados às perspectivas históricas e sociais.

Outras dificuldades do método da sociologia do conhecimento proposta por surgem no procedimento denominado “relacional” – no qual o pesquisador promove uma análise entre os modelos de pensamento e suas estruturas sociais. Este não é exposto com clareza, deixando margem para comparações com o relativismo filosófico. Em sua tentativa de separar o método relacional do relativismo, Mannheim sugere ao pesquisador a adoção de uma noção um tanto obscura denominada “perspectiva desligada” que de forma metódica poderia compreender cada um dos vários pontos de vista analisados através de um processo denominado “particularização”.

De forma relacional, a particularização restringiria a pretensão de

validade de um determinado grupo social a um âmbito mais estreito da realidade. Mas se é correto dizer que todo conhecimento válido é produto de um modelo de análise gerado em um contexto histórico e social particular, será contraditório dizer que toda verdade é “relativa” ao seu contexto social? Mannheim argumenta que o resultado de seu estudo não é o relativismo, no sentido de que “uma afirmação seria tão boa quanto a outra”, mas o “relacionismo”, que declara que cada afirmação só pode ser formulada relacionalmente e não ligada a verdades eternas independentes da experiência subjetiva do observador e de sua relação com outros sujeitos (MANNHEIM, 1976, p. 320).

Apesar de ter elaborado um sistema conceitual e metodológico de grande alcance para a Sociologia do Conhecimento, Mannheim nunca realizou uma pesquisa empírica que instrumentalizasse seus preceitos teóricos. Não obstante, suas ideias se mostraram muito à frente de seu tempo possibilitando o surgimento de novas abordagens a respeito da relação entre contexto social e conhecimento.

Bloor e o Programa Forte na Sociologia do Conhecimento

As ideias propostas por Mannheim influenciaram uma nova geração de estudiosos que buscaram investigar a gênese social da ciência moderna empiricamente. A Sociologia da Ciência anterior à década de 1970 foi marcada por estudos sociológicos que se dedicaram a análise da estrutura e funcionamento da ciência em sua forma institucional. Sociólogos como Robert King Merton estudaram a ciência como uma comunidade que regulamenta suas práticas de acordo com um ethos e as valoriza por meio de um sistema de recompensas. De acordo com esses estudos, a sociologia estaria autorizada a mostrar de que maneira estes valores guiam a prática científica e em que medida podem ocasionar efeitos institucionais produtivos ou restritivos ao desenvolvimento científico em determinados contextos.

Entretanto, para os estudos institucionais da ciência, o conteúdo e a natureza do conhecimento científico não se submetem ao potencial explicativo da sociologia. Isso se justificava pela crença de que o conhecimento científico é possuidor de um “núcleo duro” no qual a lógica dos argumentos e sua adequação empírica operam de forma pura e independente de fatores externos. Esse nível de total autonomia do pensamento foi reconhecido como fora do

alcance das influências de ordem social e, portanto, fora do alcance do estudo da sociologia.

Essa postura de análise passou a ser entendida por teóricos como David Bloor como uma limitação da abordagem sociológica da ciência. Junto a outros autores, Bloor formou a chamada Escola de Edimburgo e o denominado Programa Forte na Sociologia do Conhecimento. Este programa propôs uma ampliação do campo de análise da sociologia da ciência. Ou seja, seria possível explicar não só a forma como a ciência se organiza enquanto instituição social, mas também o modo como o conhecimento científico é construído socialmente. Dessa forma, estes autores avançaram sobre o “núcleo duro” da ciência buscando entender como variáveis sociais fazem parte da construção do conhecimento científico.

Os autores do Programa Forte rejeitaram o racionalismo e o realismo metafísico creditado ao método científico pelo positivismo lógico que considera que a aplicação correta do método científico o torna imune aos fatores sociais. Para Bloor, a prática científica e a sua validação são geradas pela ação humana e os conceitos e teorias funcionam de forma rotineira e efetiva graças a sua vinculação com as formas sociais geradas por cada grupo humano. Com isso, surge a ideia de que a diversidade de elementos identificados como conhecimento, começando pela linguagem, é constituída pelas redes sociais existentes. Assim, qualquer conceito e qualquer teoria é o resultado de um processo de indução que se estrutura socialmente de acordo com as convenções assumidas pelo grupo social em que este processo foi gerado.

Segundo Bloor (2008), o interesse do sociólogo neste processo está em localizar regularidades e princípios que estiverem em operação na construção do conhecimento científico. Seu objetivo é o de construir teorias que expliquem tais regularidades, pois estas constituem o reflexo das estruturas sociais. Para realizar tal tarefa, Bloor enuncia quatro princípios metodológicos que devem ser seguidos para a construção de uma teoria sociológica do conhecimento científico: 1º Causalidade - O estudo sociológico do conhecimento deve ser causal, ou seja, compreender as condições que originam as crenças ou os estados de conhecimento que são observados; 2º Imparcialidade – Com respeito à verdade ou falsidade, racionalidade ou irracionalidade, sucesso ou fracasso. Todos requerem explicação sociológica; 3º Simetria – Os mesmos tipos de causas devem explicar as crenças “verdadeiras” e “falsas”. Se o social explica o erro, deve também explicar o “acerto”; 4º Reflexividade – A sociologia deve submeter-se a sua própria análise enquanto estudo do conhecimento científico

para não cair em contradição (BLOOR, 2008, p. 21).

Balizado por estes quatro princípios, pode-se investigar o conhecimento científico e outras formas de conhecimento. Percebe-se, que a ciência não é entendida por Bloor como forma especial e autônoma de produção de conhecimento cuja distinção se justifica pelo uso exclusivo de procedimentos racionais e empíricos. Antes disso, há um vínculo da ciência com suas bases sociais, econômicas e políticas ligadas aos interesses dos grupos envolvidos em sua produção. Tendo sua origem fundamentada no social, o conhecimento científico se torna um objeto de estudo da sociologia que aplica procedimentos metodológicos comuns a outros objetos do estudo social. Bloor descreve tais procedimentos investigativos da seguinte maneira:

Investigações empíricas que localizarão eventos típicos e recorrentes. Tais investigações poderão, elas próprias, ter sido suscitadas por alguma teoria anterior, pela violação de uma expectativa tácita ou por necessidades práticas. Deve-se, em seguida, inventar uma teoria que explique a regularidade. Ela formulará um princípio geral ou um modelo a fim de dar conta dos fatos. Assim fazendo, proporcionará uma linguagem para falar sobre eles e poderá aprimorar a percepção dos próprios fatos. A extensão da regularidade poderá ser vista com mais clareza uma vez que tenha sido aventada uma explicação de sua formulação primitiva e ainda vaga. A teoria ou modelo poderão, por exemplo, explicar não apenas o porquê de uma regularidade empírica ocorrer, mas também porque, às vezes, não ocorre. Ela poderá servir de guia para as condições necessárias à regularidade e, com isso, para as causas de desacordo e variação. A teoria poderá, por consequência, promover pesquisas empíricas mais refinadas que, por sua vez, poderão exigir mais trabalho teórico: a rejeição da teoria anterior ou sua modificação e aprimoramento[...] (BLOOR, 2008, p.41).

Os trabalhos que seguiram esses procedimentos teórico-metodológicos

se dedicaram ao estudo das ciências tidas como sendo as mais “duras” em relação ao seu rigor lógico e empírico. Bloor, por exemplo, se dedicou ao estudo do pensamento lógico e matemático preservado até então como um conhecimento autoexplicativo, que nem mesmo Mannheim ousou sujeitá-lo a uma explicação de ordem social. Em uma perspectiva histórica, Bloor (1983) demonstra que assim como as crenças morais se apresentam diversas em diferentes sociedades em diferentes contextos históricos, a lógica e a matemática também se encontram aplicadas de maneiras alternativas ao longo da história. Supor que o modelo atual da matemática é único e invariável é desconhecer a história da matemática que demonstra que existiram diferentes modelos de matemática que não se invalidam necessariamente. O que conformou - e conforma - tais conhecimentos como argumentos válidos em determinadas situações históricas não foi – e não é - sua coerência lógica, interna e irreduzível, mas as normas e convenções sociais externas que o outorgaram.

Outros estudos exemplares realizados pelos procedimentos de análise do Programa Forte são: a análise de Donald Mackenzie (1978) sobre as disputas entre os modelos estatísticos britânicos de 1865- 1930 onde o contraste com o contexto social e seu ponto de vista perpassava a comparação entre os modelos; o estudo realizado por Steven Shapin e Simon Shaffer (1993) sobre a controvérsia entre Boyle e Hobbes a respeito da validade das pesquisas pneumáticas sobre a bomba de ar entre os anos de 1650 - 1660. De maneira inédita, estes e outros trabalhos do Programa Forte comprovaram a capacidade explicativa da sociologia a respeito da gênese social da ciência e suas implicações políticas – realização que já havia sido prenunciada por teóricos como Mannheim, mas nunca levada a cabo por um programa de estudos empíricos. O foco anterior da análise na ciência enquanto método de argumentação teórica ou instituição se deslocou para a ciência enquanto conhecimento produzido socialmente, o que significou avançar a linha demarcatória da análise sociológica que até então preservava o conhecimento científico como uma “caixa-preta” impossível de ser aberta e explicada.

O campo científico e suas relações de força: a sociologia da ciência de Pierre Bourdieu

A abordagem sociológica da ciência também foi discutida por autores clássicos das Ciências Sociais como Pierre Bourdieu (1930-2002). A análise dos mecanismos sociais que orientam a prática científica foi tratada especificamente

por Bourdieu em seu último curso no Collège de France (2000-2001). Apesar de já ter abordado o problema em momentos anteriores, foi neste período que Bourdieu se dedicou a uma maior sistematização de sua análise sobre a atividade científica. Mais do que entender que a atividade científica não é realizada por sujeitos epistêmicos ideais, sua análise é dedicada à compreensão das relações de força que constituem a chamada “comunidade científica”. Para Bourdieu, esta não pode ser assim chamada, pois não representa um todo harmonioso, mas um campo repleto de conflitos acoplado a outros campos sociais. Sendo assim, o conhecimento científico está sujeito à forma como os grupos científicos o organizam e o valorizam. Constitui-se dessa maneira uma estrutura social complexa de produção do conhecimento chamada pelo autor de “campo científico”.

A noção de campo científico refere-se a uma estrutura que regula múltiplas correlações de força entre os agentes (pesquisadores, acadêmicos, técnicos, equipes, etc.) através da distribuição e do volume de um tipo de capital específico, o capital científico. O capital científico é um tipo de capital simbólico baseado no conhecimento e reconhecimento. Funciona como uma forma de crédito para os agentes que confiam na formação e capacidade uns dos outros. As relações de força do campo científico são reguladas por esse capital que limita o espaço de possibilidades daqueles que se situam em diferentes posições no campo. Ao tentar entender as relações de força e a estrutura que as organiza, a sociologia se concentra nos fenômenos de comunicação e circulação que se desenvolvem no campo. Estes fenômenos ocorrem no âmago da estrutura do campo entre os agentes em uma correlação de forças definida pelo volume de capital científico conferido a cada um deles. Portanto, a posição que um agente ocupa no campo confere maior ou menor poder de influência em suas decisões. Bourdieu observa que, como em outros campos (o econômico e o político, por exemplo), o campo científico tende à conservação de sua estrutura reforçando as posições dos agentes dominantes.

A concentração de capital científico é uma das características da estrutura do campo científico que confere uma vantagem decisiva na concorrência entre os pesquisadores renomados e os aspirantes recém-admitidos. Segundo Bourdieu, esta concorrência em busca de um maior capital científico - e conseqüentemente maior reconhecimento e poder - é regulada pela meritocracia que confere ao campo científico a particularidade de ter certa autonomia. A espécie particular de produção, estrutura e funcionamento do campo científico cobram um “direito de entrada” que está ligado a competência e a capacidade de incorporar as regras e fazer uso do conjunto de recursos

dispostos. Isso constitui um hábitus científico que se refere a uma capacidade prática de tratar os problemas de pesquisa de maneira adequada. Tornar-se um cientista para Bourdieu não se resume a interiorização de uma consciência conhecedora que atua de acordo com normas explícitas da lógica e do método experimental, mas em um verdadeiro “ofício” que exige um conhecimento prático, um “saber fazer” que só pode ser adquirido no campo científico, em outras palavras, adquirindo um hábitus do fazer científico. (BOURDIEU, 2003b, p. 73).

Para Bourdieu, o pesquisador dedicado ao estudo sociológico do campo científico deve desenvolver sua análise em dois níveis que se integram. O primeiro nível configura o campo científico como uma estrutura objetiva dotada de características mensuráveis e materialmente observáveis pelo pesquisador. Neste momento o sociólogo procura reconhecer a forma que se articula a macroestrutura do campo, como este estabelece suas regras específicas, sua hierarquia, como regula as lutas entre os agentes e quais suas relações externas com outros campos. Desconsidera-se neste nível as representações dos indivíduos; busca-se identificar as estruturas objetivas que as conformam. O segundo nível recupera a dimensão subjetiva em busca da compreensão de como o hábitus científico se constitui na forma de categoria de percepção e apreciação dos ditames estruturais do campo científico. Esta dupla interpretação proposta por Bourdieu caracteriza seu modelo de sociologia, o “relacionismo metodológico”, que neste caso operacionaliza os conceitos: campo científico, hábitus científico e capital científico. Esta iniciativa consiste em um trabalho que necessita do estudo macrosociológico e histórico e do estudo microsociológico e individual. Ao correlacionar as observações e análises nestes dois níveis é que o campo científico pode ser compreendido em sua totalidade. Compreende-se que não há uma relação de determinação estrutural do campo científico sobre os agentes, mas uma correlação de forças que não se anulam, mas se transformam mutuamente.

Na relação entre os agentes do campo científico se engendra o campo e as relações de força que o caracterizam (relações de força específicas, propriamente simbólicas, dada a natureza da força capaz de exercer no campo, o capital científico, espécie de capital simbólico que atua na comunicação e através dela). Mas exatamente, são os agentes, quer dizer, os cientistas isolados, as equipes ou os laboratórios, definidos pelo volume e a estrutura de capital específico que possuem, que determinam a estrutura do campo, que por sua vez, os determina[...] (BOURDIEU, 2003b, P.65).

Ao adotar essa dupla interpretação do campo científico, Bourdieu procura distanciar-se do estruturalismo-funcionalista de Merton que, segundo ele, concebe o mundo científico como uma “*comunidade dotada de instituições justas e legítimas de regulação e na qual não existem lutas, ou pelo menos, não existem lutas a respeito dos objetivos das lutas*” (BOURDIEU, 2003, p. 28). Ao contrário de Merton, Bourdieu percebe que o seu sistema de recompensas do campo científico representa um sistema de diferenciação social e luta. Nesse sistema, a concentração do capital científico não se refere apenas a alguns efeitos nefastos da distribuição de recompensas apontados por Merton - que podem ser se não corrigidos, talvez minimizados -, mas à própria lógica de uma estrutura que se constitui por meio de uma hierarquia do campo que tenta resistir às forças em conflito; que possui como particularidade estabelecer como única forma de luta suas próprias regras.

Outra diferença importante da teoria de Bourdieu em relação ao modelo mertoniano é a noção de que o campo científico não está distante do mundo que o cerca no sentido de ser uma “esfera totalmente autônoma” dotada de um ethos próprio que lhe outorga a neutralidade, universalidade, imparcialidade e comunalismo (MERTON, 1979). Bourdieu observa que tanto para Merton, como para a teoria de Kuhn a respeito dos paradigmas da ciência, há uma representação de completa autonomia do universo científico sem tomar em consideração as sociedades em que trabalham os cientistas. O que a noção de campo permite entender segundo Bourdieu (2003b, p.35) é que “na realidade, uma das propriedades paradoxais dos campos muito autônomos como a ciência e a arte é que tendem a ter como único vínculo com o mundo social as condições sociais que asseguram sua autonomia em relação a este”. Ou seja, considera-se o campo científico dotado de uma relativa (porém, não total) autonomia dos outros campos sociais, o que difere da percepção tradicional da ciência como uma “torre de marfim” formada por intelectuais apartados das demais práticas e regras sociais.

Nesse sentido, a originalidade da sociologia da ciência proposta por Bourdieu está em romper com a análise da ciência como uma instituição isolada formada por uma comunidade autônoma. A noção de campo científico caracteriza o meio acadêmico como uma permanente tensão entre agentes e forças que buscam a conservação de sua posição no campo. Confere-se ainda à noção de campo científico uma proposta de análise que amplia a percepção sociológica da ciência em diferentes escalas. Ao estudar a estrutura do campo, procura-se entender sua dinâmica em relação à ação dos agentes e sua correlação com outros campos. Ao estudar os agentes, procura-se entender sua posição no

campo científico e como estes o percebem e o transformam. Para tanto, é preciso levar em conta as condições sociais e históricas que permitiram o aparecimento da ciência como forma de conhecimento e sua constituição enquanto campo sem reduzir a análise sociológica a uma representação internalista das instituições e da comunidade científica.

A questão da reflexividade

Ao tentar relacionar o conhecimento às suas condições sociais e históricas, as propostas de análise sociológicas anteriormente discutidas geram problemas que remetem a sua própria condição enquanto forma de conhecimento. Mannheim, Bloor e Bourdieu reconhecem que se a sociologia pretende demonstrar que todo conhecimento está relacionado às suas bases existências e históricas, ela mesma não pode escapar desta submissão, pois incorreria na auto-refutação de seus argumentos. Portanto, tomar o conhecimento e, em particular, a ciência como objeto de análise social conduz o conhecimento sociológico a um efeito de “espelhamento”, a certa reverberação de seus argumentos, a uma reflexividade que o induz a uma autoanálise.

A sociologia do conhecimento, ao se deparar com a questão da reflexividade, possui sérias dificuldades para não tratar essa questão como uma aporia. Uma dessas armadilhas pode ser identificada ao se perceber que qualquer enunciado que pretenda invocar a determinação existencial das ideias pode assumir ele mesmo um “ponto arquimediano” para além de toda a determinação existencial. Nesse sentido, a tese de que todo pensamento é socialmente determinado e não pode alegar ser detentor de uma verdade incontestável sobre o mundo objetivo não pode alegar que ela própria é verdadeira e assim se refutar. A sociologia estaria assim invalidando o seu próprio caráter científico. Nos parágrafos seguintes, discutimos como os autores anteriormente estudados encaram essa questão.

Ao atacar o problema, Mannheim (1974) sugere que há uma questão básica a ser respondida para o início dos estudos da sociologia do conhecimento: quais fatores intelectuais e materiais em uma dada época possibilitaram o aparecimento da sociologia do conhecimento? Ou seja, Mannheim reivindica que a sociologia do conhecimento deve compreender a situação intelectual de seu próprio tempo em uma ação reflexiva. Mannheim considera que isso

consiste em uma “análise estrutural absolutamente radical dos problemas que podem surgir em determinada época” (MANNHEIM, 1974, p.15).

A condição de reflexividade é tratada pelo autor em termos de “auto-transcendência” ou “auto-relativização do pensamento”. Isso quer dizer que em uma determinada época pensadores individuais - ou uma visão dominante - não atribuem primazia ao pensamento, mas o concebem como subordinado a fatores externos. Mannheim (1974) observa que esta condição é aparentemente paradoxal, pois aquele pensador que atribui ao pensamento uma natureza relacional (não independente) pode postular ele mesmo uma validade autônoma ao elaborar seu sistema filosófico (assumindo o ponto arquimediano da análise).

Para escapar deste círculo vicioso, o Mannheim sugere que devemos conceber o pensamento como um fenômeno parcial, pertencendo a um campo mais vasto dentro da existência. Segundo ele, há uma condição existencial que engloba e condiciona o pensamento, e sua configuração atual e sua alteração repercute em um determinado estágio dos problemas do pensamento e sua mudança. Assim, a imanência do pensamento é inconcebível, pois supor esta operação mental só é possível a partir de sua relação com suas bases existenciais (MANNHEIM, 1974, p. 17). Uma passagem ilustrativa do modo como Mannheim concebe essa evolução global do saber e a relação com bases existências particulares diz que:

Não basta compreender que as ideias de uma classe antagônica são ditadas pela sua existência, não basta reconhecer que nossas próprias ideias sejam ditadas pela nossa existência; o que temos de entender é que tanto nossas ideias quanto nossa existência constituem componentes de um processo evolutivo totalizante, no qual estamos comprometidos[...]. (MANNHEIM, 1974, p.32)

Nesse sentido, podemos compreender que a condição de reflexividade a qual a sociologia do conhecimento deve se submeter se refere ao reconhecimento de um movimento maior no qual a diversidade do saber inclui o pensamento sociológico em determinada época. Esse caráter evolutivo totalizante demonstra a necessidade de uma postura reflexiva contínua à sociologia do conhecimento que ao analisar as formas do pensamento presente

não poderá deixar de verificar as condições existenciais de seu tempo que implicam em sua própria constituição como forma de conhecimento.

Atacando o problema de maneira mais direta, Bloor (2008) afirma que se é possível estudar sociologicamente o conhecimento científico em busca da forma que ele é gerado e validado socialmente, deve-se primeiro desacreditar a aporia que coloca a gênese social do conhecimento como aquilo que invalida seu caráter científico. Segundo o autor, ao revelar os condicionamentos sociais das teorias e experiências não se quer desacreditá-las, mas melhorar sua prática enquanto produção de conhecimento humano possível. Em suas próprias palavras, afirma-se que “se o conhecimento dependesse de uma perspectiva fora da sociedade, e se a verdade dependesse de passar por cima do nexos causal das relações sociais, deveríamos então desistir e considerá-lo perdido” (BLOOR, 2008, p.36). O que se busca é uma alternativa entre o relativismo e o logicismo, entre o dogmatismo e o ceticismo, evitando que o conhecimento válido seja entendido e construído na forma de uma “caixa aberta”. A sociologia do conhecimento, portanto, carece de uma condição de análise reflexiva que ao identificar as condicionantes sociais da própria sociologia não reivindica sua refutação enquanto conhecimento válido, tão pouco quer refutar a validade dos demais conhecimentos. Trata-se do reconhecimento de que a própria posição social e histórica da análise social e de sua relação com os demais conhecimentos e práticas estudadas precisa ser levada em conta no fazer sociológico, algo que ressoa os argumentos de Mannheim.

Por sua vez, Bourdieu (2003b) trata a noção de reflexividade como uma necessidade das ciências humanas em geral, e da sociologia em particular, terem acesso à consciência de si mesmas através da análise de seus pressupostos históricos. Estes pressupostos encontram-se ocultos em um “inconsciente transcendental histórico” ao qual o pesquisador só tem acesso “objetivando o sujeito da objetivação”, ou seja, submetendo sua prática disciplinar a uma autoanálise (BOURDIEU, 2003b, p.150). Para o autor, essa tarefa de objetivar o sujeito da objetivação deve ser realizada em três níveis:

Primeiro, é preciso objetivar a posição do sujeito da objetivação no espaço social global. Sua posição de origem e sua trajetória, seu pertencimento ou sua adesão a grupos sociais, instituições, etc. Esse nível de análise pode ser entendido como o estudo do itinerário histórico-social do pesquisador.

Segundo, é preciso objetivar sua posição ocupada entre os especialistas de sua disciplina e a posição desta no campo científico. Em seguida, busca-se identificar neste campo as tradições acadêmicas, os hábitos de pensamento, os

conceitos compartilhados, os rituais e consagrações, as censuras específicas dessa disciplina, etc. Esse nível de análise refere-se a um itinerário intelectual acadêmico.

Terceiro, é preciso objetivar o que está vinculado ao universo escolástico de seu tempo buscando identificar as disputas cognitivas de sua época. Assim como observar o que era tido como “puro”, “absoluto”, “desinteressado” no pensamento daquele momento. Entende-se que as discussões dentro e fora do campo em que o pesquisador está inserido, direta ou indiretamente, influenciam na constituição de seu ponto de vista (BOURDIEU, 2003b, p.163).

Para Bourdieu um “ponto de vista” é uma posição no espaço com uma história que deve ser pensada relacionalmente em função das posições alternativas. Com a reflexividade busca-se romper com a ilusão de um ponto de vista absoluto. A postura reflexiva segundo o autor pode proporcionar ao pesquisador uma “prudência epistemológica” que permite adiantar prováveis oportunidades de erro em seu trabalho. Certamente não se trata de adquirir um ponto de vista privilegiado, “o ponto de vista de Deus” para onde todos os pontos de vista convergem e podem ser compreendidos. Significa, no caso da sociologia, “servir-se e utilizar-se da sociologia da sociologia para convertê-la em uma sociologia melhor” (BOURDIEU, 2003b, p.17).

A concepção de reflexividade como um exercício que deve acompanhar incessantemente o trabalho sociológico é ilustrado por Bourdieu através da análise de seu próprio itinerário. Nas últimas páginas de *Science de la science et reflexivite* (que correspondem a seu último curso no Collège de France), Bourdieu rememora as experiências que influenciaram a constituição de seu ponto de vista filosófico–sociológico. Passa por sua vida familiar, sua experiência no internato, sua vida escolar, seus mentores, a elaboração de sua teoria, sua inserção no campo sociológico, sua oposição e concordância em relação às demais teorias, seus problemas específicos quanto à sociologia da ciência, etc. Em seu relato autobiográfico, o autor procura expor a gênese e os limites de sua teoria. Através desse exercício reflexivo, Bourdieu demonstra que é possível ao sociólogo tomar consciência de seu modo de pensar - e até mesmo das lacunas de sua teoria - sem que isso fragilize sua posição no campo.

A iniciativa de adotar o princípio de reflexividade no trabalho sociológico é a de submeter a pesquisa a uma “auto-vigilância epistemológica” através de uma análise da sociologia pela própria sociologia. Em relação à sociologia do conhecimento científico, omitir-se a uma auto-análise significa transformar sua própria ciência em uma “caixa-preta” e incorrer evidentemente

em contradição. A reflexividade nos coloca na condição de aprendermos a trabalhar constantemente “diante do espelho” para que possamos assim revisar nossa prática e reavaliar nossa posição ao mesmo tempo em que a reforçamos como ciência. Nesse sentido, a sociologia do conhecimento torna-se uma ciência necessariamente perspectivista, pois confere ao seu trabalho a capacidade de operar a partir de um ponto de vista que lhe permite visualizar reflexos de si e dos demais pontos de vista alternativos.

Considerações finais

Esse artigo trouxe uma breve análise a respeito da proposta metodológica, da concepção do objeto de estudo e da noção de reflexividade para uma sociologia do conhecimento em Karl Mannheim, David Bloor e Pierre Bourdieu. Concluindo, destacamos que esses autores foram pioneiros no esforço de elaborar propostas de análise sociológica do conhecimento e da ciência. Seus trabalhos serviram como base para diversos autores dos atuais Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia que se depararam em suas pesquisas com problemas teórico-metodológicos semelhantes.

O que destacamos ao teorizar e comparar a propostas dos três autores é que eles consideram que os estudos sociais do conhecimento e da ciência precisam assumir que suas próprias explicações e suas conclusões são parciais, evitando assim a ilusão de se posicionarem em um ponto de vista absoluto de análise. O processo de particularização do conhecimento proposto por Mannheim e a sua noção de perspectiva nos surge como conceitos que devem ser aplicados como um modo de elucidar nossa própria posição enquanto sociólogo. Também Bloor e Bourdieu consideram importante buscar a posição da forma de pensar da sociologia em seu tempo, em uma iniciativa de conceber aquilo que se pensa sociologicamente a respeito das outras formas de conhecimento como particular e situacional. Nesse sentido, nos trabalhos dos três autores se percebe uma declarada intenção de aplicar a sociologia ao conhecimento da própria sociologia. Algo que, longe de enfraquecer o rigor científico das análises sociais, permite potencializar as investigações e conduzir as análises a outro nível de discussão dos problemas relativos ao fazer científico.

Referências

BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. *Sociologie de La logique: les limites de l'epistemologie*. Paris: Pandore, 1983.

BARNES, Barry; Shapin, Steve. *Natural Order: historical studies of scientific culture*. London: SAGE, 1979.

BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de La raison. *Sociologie et Sociétés*, v. 7 n. 1, p. 91-118, 1975.

_____. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*, Ed. Unesp, São Paulo, 2003a.

_____. *El ofício de científico. Ciência de La ciencia y reflexividade*, Ed Anagrama, Barcelona, 2003b.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 3ª edição, 1976.

_____. O problema de uma sociologia do conhecimento. In: BERTELLI, Antônio R; PALMEIRA, Moacir G. S; VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 10-115, 1974.

MERTON, R. K. “El efecto Mateo en La ciência”. In: R.K. Merton, *La Sociologia de La Ciencia*. Madrid: Alianza Editorial SA, p. 554-578, 1977.

MERTON, R. K. “Os imperativos Institucionais da Ciência”. In: J. D. Deus (org), *A Crítica da Ciência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 37-52, 1979.

MACKENZIE , Donald. *Statistical Theory and Social Interests: A Case-Study*. Social Studies of Science, Vol. 8, No. 1, pp. 35-83. SAGE (1978).

Sociology of knowledge in Mannheim, Bloor, and Bourdieu: theoretical and methodological principles

ABSTRACT

This article discusses the fundamental ideas of Karl Mannheim, David Bloor, and Pierre Bourdieu about the social study of knowledge. The study of nexus between knowledge and its social position, the conception of social construction of scientific knowledge and the study of struggles in the scientific field correspond to different proposals and procedures in sociology of knowledge discussed by the authors. However, approaching the elementary principals of the sociology of knowledge, we can see a common difficulty in trying to compose a methodological plan for the sociology of knowledge, the inescapable condition of reflexivity in the social studies of knowledge as proposed by Mannheim, Bloor and Bourdieu.

Keywords: Sociology of Knowledge, Methods, Concepts, Reflexivity.